

O senado pode acabar

2 AGO 1986

CARLOS CHAGAS

Quando surgiram, meses atrás, pareciam infundados os temores do Senado referentes à possibilidade de ser estabelecido o unicameralismo no Brasil. Afinal, a tradição do Império e da República sempre consagrou a Câmara Alta, exceção ao período de vigência da Constituição de 1937, declaradamente fascista.

Pois não são mais infundados esses temores. O Senado tem com que se preocupar, e muito. Registra-se no PMDB, no PFL, na Comissão Provisória de Estudos Constitucionais e no próprio Palácio do Planalto tendência muito nítida pela adoção de um sistema misto de governo, espécie de presidencialismo-parlamentarista como o que França e Portugal adotam. O presidente seria eleito pelo voto direto e deteria poderes espectíficos de chefe de Estado e chefe de governo, mas dividiria a função de governar com um primeiro-ministro indicado pelos partidos majoritários com representação no Legislativo. A consequência natural desse sistema é o unicameralismo, com o desaparecimento do Senado e a denominação de Assembléia Nacional para a Câmara dos Deputados.

Ainda em agosto o deputado Wal-mor de Luca, de Santa Catarina, vice-líder do PMDB, pronunciou discurso a respeito, na Câmara. Sustentará a extinção do Senado. Ele parte da argumentação ligada à mudança no sistema de governo, mas acrescenta outras ponderações para justificar a adoção do unicameralismo pela futura Assembléia Nacional Constituinte. Com a proclamação da República, estabeleceu-se no País uma falsa Federação. O Brasil não se tornou República Federativa a partir da vontade dos Estados, ou províncias, mas de

cima para baixo, isto é, por ato de força do poder central. Nenhum Estado abdicou de sua independência ou de sua soberania para ingressar na Federação, tendo sido todos eles compelidos a aceitar a decisão tomada por Deodoro da Fonseca e os republicanos. A Federação, assim, nasceu como ficção, e ficção continua. Com o passar do tempo, maiores restrições foram impostas do poder central para os Estados. Chegamos ao cúmulo de assistir os presidentes da República designando governadores, assim como os ministros militares nomeando os secretários de Segurança e os ministros da Fazenda e do Planejamento escolhendo os secretários de Finanças estaduais. Mesmo corrigidas essas distorções pela Nova República, o quadro não se alterou. A Federação existe no papel, apenas.

A posição do parlamentar catari-nense não é isolada. Ele apenas bota a cabeça de fora em primeiro lugar e antecipa o debate que se travará depois de fevereiro, quando instalados os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte.

Não será fácil extinguir o Senado, apesar de o número de deputados, na Assembléia Nacional Constituinte, chegar a 487, e o de senadores ficar em 71. Na Câmara, muita gente se opõe a acabar com os senadores, até pelo desejo de tornar-se um deles, no futuro. Presume-se que assim continue na próxima legislatura. Pesam também a tradição e o fato de o presidente José Sarney ter sido senador, não desejando passar à História como alguém que ajudou a queimar sua antiga morada. Acontece, porém, que a Assembléia Nacional Constituinte será soberana para dispor como bem entender. E se mudar o sistema de governo, promovendo a fórmula mista, o caminho para o unicameralismo estará aberto.

ESTADO DE SÃO PAULO